



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639028 - AP (2021/0004261-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : ALLAIN VICTOR SILVA BARROSO E OUTROS
ADVOGADOS : ALLAIN VICTOR SILVA BARROSO - AP003006
FRANCISCO DAS CHAGAS MULATO ARAUJO - AP003553
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PACIENTE : DIEGO EDGARDO DE SOUSA CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO EDGARDO DE SOUSA CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0005307-76.2020.8.03.0000).

O paciente está segregado cautelarmente, em decorrência de prisão em flagrante, convertida em preventiva, em decorrência do suposto cometimento dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o impetrante a ilegalidade da decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva, uma vez que exarada *ex officio*.

Requer liminarmente a concessão da ordem para reconhecer a ilegalidade da prisão e, no mérito, o julgamento favorável ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão impugnada ficou assim fundamentada:

Prefacialmente, não se vislumbra nulidade da prisão preventiva por ter sido decretada ainda que o representante do órgão ministerial tenha requerido a liberdade provisória, uma vez que a autoridade coatora atuou nos exatos termos do que dispõe o art. 310 do CPP, o qual prevê de forma clara que o Juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá converter a prisão flagrancial em preventiva, desde que preenchidos os requisitos, não havendo qualquer previsão a respeito da necessidade de requerimento prévio.

(...)

Assim, considerando que a conversão do flagrante em preventiva ocorreu em linha com o entendimento do STJ e do TJAP, incabível o acolhimento da tese de nulidade.

(...)

No caso em apreço, a materialidade delitiva e os indícios de autoria restaram devidamente pontuados pelo Juízo a quo, uma vez que destacou os elementos colhidos no momento da prisão em flagrante, em especial as informações prestadas pelos policiais militares. É bem verdade que o paciente afirmou que é apenas usuário, no entanto, esta versão se demonstra frágil neste momento, principalmente quando se pondera o seu histórico criminal, havendo, portanto, indícios da prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico. Quanto ao *periculum in libertatis*, vê-se que, diferentemente do alegado pelo Impetrante, o Juízo se utilizou de fundamentação adequada para lastrear a imprescindibilidade do decreto condenatório para salvaguardar a ordem pública, uma vez que pontuou sobre os antecedentes criminais do paciente, inclusive pela prática anterior de tráfico de drogas, destacando que ele estava cumprindo regime semiaberto com monitoramento eletrônico quando foi preso em flagrante.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente